

DESINVESTIMENTOS DA PETROBRAS NO RIO GRANDE DO NORTE

General Girão ()
1º de setembro de 2020*

Na última semana de agosto, a Petrobras publicou o documento "Oportunidade de Investimento em Campos Terrestres e de Águas Rasas no Brasil", ofertando a totalidade de suas participações em um conjunto de concessões de campos de exploração e produção (E&P), localizadas na Bacia Potiguar, no Estado do Rio Grande do Norte.

Somente neste ano de 2020, esse é o 27º documento desse tipo publicado pela empresa, abrangendo cessões de direito de exploração em praticamente todo o Brasil e até no exterior. Todos os que acompanham o noticiário nacional sabem que trata-se de mais um capítulo inserido em amplo programa de desinvestimentos conduzido pela petrolífera brasileira, com vistas a reduzir as dívidas, maximizar os recursos de investidores, fortalecer a gestão de portfólio, aumentar a eficiência e permitir mais previsibilidade nas decisões estratégicas. Além disso, a diretriz é concentrar o foco em ativos que geram mais valor para companhia, como por exemplo, os campos do pré-sal.

O programa se desenvolve sob a égide do arcabouço legal e normativo para o setor, com destaque para o Decreto N. 9.355/2018, que prevê a "avaliação dos impactos comerciais, fiscais, contábeis, ambientais e contratuais da cessão". Vale dizer que todos os aspectos foram considerados, inclusive o passivo ambiental.

Essas cessões implicam a chegada de novas empresas, inclusive do exterior, com investimentos diretos e tecnologias de ponta. Será normal que os novos gestores, com foco em resultados, promovam ajustes e substituições de funcionários. Contudo, no médio e no longo prazos, certamente teremos ampliação da produção e novas contratações, gerando emprego, renda e incrementos na arrecadação de impostos e tributos.

Todavia, o que temos visto por parte do governo do Estado e de parcela da imprensa é uma reação exacerbada e infundada, como se a Petrobras estivesse encerrando as atividades de exploração e produção, e não cedendo para outros. Também alegam, falaciosamente, que haverá desemprego em massa e prejuízos às ações relativas aos impactos ambientais.

Onde está a verdade que a população precisa saber? A Governadora do RN, ao fazer uma oposição insana e inconsequente ao Presidente Bolsonaro, procura agir como se o nosso RN fosse vítima de um "golpe" contra a economia potiguar. A verdade é exatamente outra!

O ato do Governo Federal, eleito pela maioria da população brasileira em 2018, é uma das promessas de campanha para atrair mais investidores e com isso recuperar os maus feitos à Petrobrás, bem como recuperar a economia potiguar, enfraquecida pelo governo pífilo, que não fez o dever de casa,

reduzindo custos para equilibrar as contas.

A verdade é que a nova administração da Petrobras está buscando recuperar a empresa há mais de quatorze anos de má gestão, incompetência e grotesca corrupção, quando o Partido dos Trabalhadores esteve à frente do Executivo Federal. A lista de mal feitos é extensa e diversificada, mas é válido lembrar, por exemplo, dos prejuízos causados pelo episódio de invasão das refinarias por Forças Armadas bolivianas, com prejuízo de US\$ 68 milhões (cerca de R\$ 380 milhões, em valores atualizados); e dos prejuízos de R\$ 872 milhões aos cofres da Petrobras, de acordo com o balanço da empresa de 2014, publicado em 2015, decorrente de acordos firmados com a Bolívia, por ordem do então presidente Lula; e do prejuízo de US\$ 798 milhões (R\$ 4,5 bilhões, em valores atuais) causado pelas operações de compra e venda da refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); e especialmente do montante de R\$ 19,6 bilhões em prejuízos causados à Petrobras pelo esquema de corrupção e cartel revelado pelas investigações da Lava Jato. Somente esses exemplos somam mais de R\$ 25 bilhões. Esse é o preço que todos nós, contribuintes, estamos pagando, como consequência da criminoso administração realizada pelos últimos quatro governos federais, no Brasil.

Por isso, é tempo de mudar. Estamos certos de que poderemos ter um novo ciclo de desenvolvimento para o setor petrolífero do Rio Grande do Norte, uma vez que os novos entrantes deverão demandar também novos produtos e serviços, diretos e indiretos, para a atividade fim e para as inúmeras atividades-meio. Trata-se, portanto, de ótima notícia para a sociedade potiguar. Que sejam bem-vindos os novos investidores.

() Deputado Federal pelo Rio Grande do Norte.*